



GT 031. Ensinar e Aprender Antropologia

Amurabi Pereira de Oliveira (Universidade Federal de Santa Catarina) - Coordenador/a, Ceres Karam Brum (UFSM) - Coordenador/a

É notório que nos últimos anos a Antropologia tem expandido sua presença junto às mais diversas formas universitárias e não universitárias, bem como, tem havido no Brasil um incremento na formação de antropólogos em nível de pós-graduação e de graduação, sem que com isso tenha havido um debate profundo em torno do seu ensino, bem como das particularidades do aprendizado de ser antropólogo, em termos da aquisição teórica-metodológica. O processo formativo em antropologia passa, necessariamente, pelas relações entre ensino e aprendizagem, de modo que a discussão em torno de sua aquisição mostra-se fundamental para a própria compreensão dos rumos da Antropologia como ciência na atual conjuntura. O presente Grupo de Trabalho visa discutir estas questões, com foco na formação de antropólogos e de não antropólogos, discutindo as diversas inserções da ciência antropológica em vários espaços formativos. Buscamos realizar uma reflexão em torno do lugar do ensino/aprendizagem da antropologia, bem como dos desafios postos a sua realização, e das fundamentações teóricas, epistemológicas e práticas que subjazem seu ensino, voltando para a formação de antropólogos (em nível de graduação e pós-graduação), cientistas sociais, profissionais da saúde, professores etc. Também buscamos compreender o ensino/aprendizagem da Antropologia na educação básica. Este GT se baseia numa ampla interface entre a antropologia e ensino, visando abarcar os mais diversos trabalhos produzidos neste cenário.

Antropologia, currículo e sala de aula: as potências educacionais das questões antropológicas

Autoria: Sara Caumo Guerra

Pensar a educação antropológicamente não significa fazer necessariamente uma antropologia da educação, mas uma antropologia na educação. É com base nessa distinção inicial que pretendo discutir como conceitos caros à disciplina, bem como seu método por excelência, podem ser dimensionados no contexto das relações de aprendizagem. A Antropologia parece olhar para os sistemas educacionais (das instituições às suas práticas) majoritariamente como um campo de estudos externo, tendo mais dificuldade de se pensar como área de conhecimento que faz parte desse universo expandido que é o da educação. Por outro lado, quando se propõe a pensar nas relações de aprendizagem o faz tendo como horizonte os cursos de graduação. Proponho discutir o lugar da Antropologia na formação de professores/as no curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, objetivando relacioná-lo com o ensino da Antropologia na educação básica, especialmente no Ensino Médio. Nota-se que os sociólogos têm dado maior atenção ao ensino de Ciências Sociais naquela modalidade, o que acaba implicando na dominância das teorias sociológicas na formação tanto do/a licenciado/a, quanto na condução de sua prática enquanto professor/a em sala de aula. A chamada "imaginação sociológica" aparece recorrentemente como base para o work educacional em Ciências Sociais, subsumindo as lógicas de pensamento e investigação da antropologia na discussão de tópicos específicos dentro dos currículos. A partir dessa análise, me interessa pensar como questões caras à antropologia, como a investigação das categorias de pensamento através das circunstâncias e contextos; a produção das diferenças; as relações entre natureza e cultura; as preocupações com a noção de "tradução" cultural podem se desdobrar em um currículo que tenha a Antropologia como base de pensamento e elaboração. Ainda testo, neste work, como essas questões antropológicas podem incidir em dinâmicas didáticas junto e além da utilização da própria etnografia, tanto pelos estudantes quanto pelo/a professor/a na sua relação com o ambiente escolar e, nesse sentido, observar as tensões (e dificuldades) entre estar como antropólogo/a dentro da sala de aula e a antropologia como matéria em



discussão. Parte-se do entendimento de que refletir sobre formas de Antropologia para a sala de aula implica também praticar antropologia ? numa certa medida ? nesse ambiente social.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

